

A Juíza Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o contido no Processo Administrativo nº 1281/2006, resolve:

Nº 142 - Declarar a vacância do Cargo da Carreira Judiciária de Técnico Judiciário, Classe "A", Padrão 1, Área Administrativa, do Quadro de Pessoal Permanente deste Tribunal, ocupado pela servidora LUCIA CARVALHO BITAR YUNG-TAY, em decorrência de posse em outro cargo inacumulável, nos termos do artigo 33, inciso VIII, da Lei nº 8112/90, a contar de 27.3.2006.

A Juíza Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o contido no Processo Administrativo nº 1295/2006, resolve:

Nº 143 - Declarar a vacância do Cargo da Carreira Judiciária de Técnico Judiciário, Classe "A", Padrão 1, Área Administrativa, do Quadro de Pessoal Permanente deste Tribunal, ocupado pela servidora ISABELA ANDRADE SANTIAGO, em decorrência de posse em outro cargo inacumulável, nos termos do artigo 33, inciso VIII, da Lei nº 8112/90, a contar de 27.3.2006.

A Juíza Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o contido no Processo Administrativo nº 1289/2006, resolve:

Nº 144 - Declarar a vacância do Cargo da Carreira Judiciária de Técnico Judiciário, Classe "C", Padrão 15, Área Administrativa, do Quadro de Pessoal Permanente deste Tribunal, ocupado pela servidora ESTER FARIAS DE OLIVEIRA, em decorrência de posse em outro cargo inacumulável, nos termos do artigo 33, inciso VIII, da Lei nº 8112/90, a contar de 27.3.2006.

A Juíza Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o contido no Processo Administrativo nº 1293/2006, resolve:

Nº 145 - Declarar a vacância do Cargo da Carreira Judiciária de Técnico Judiciário, Classe "A", Padrão 1, Área Administrativa, do Quadro de Pessoal Permanente deste Tribunal, ocupado pelo servidor ROGERIO SANTIAGO MOREIRA, em decorrência de posse em outro cargo inacumulável, nos termos do artigo 33, inciso VIII, da Lei nº 8112/90, a contar de 27.3.2006.

FLÁVIA SIMÕES FALCÃO

DIRETORIA-GERAL ADMINISTRATIVA

PORTARIAS DE 3 DE ABRIL DE 2006

O Diretor Geral Administrativo do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, no uso de sua competência delegada pela PORTARIA PREDGA Nº 209/2004, tendo em vista o contido no Processo Administrativo nº 1251/2006, resolve:

Nº 145 - Designar a servidora MARIA DA CONCEIÇÃO SANTANA, Técnico Judiciário, Classe "C", Padrão 15, Área Serviços Gerais, Especialidade Atendimento, para exercer a função comissionada de Assistente 2, Código FC02, da 15ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, ficando, em consequência, dispensada da função que ocupa.

O Diretor Geral Administrativo do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, no uso de sua competência delegada pela PORTARIA PREDGA Nº 209/2004, tendo em vista o contido no Processo Administrativo nº 1347/2006, resolve:

Nº 146 - Designar a servidora JOELMA COSTA DIAS, Técnico Judiciário, Classe "C", Padrão 15, Área Administrativa, para substituir o titular da função comissionada de Chefe do Departamento de Capacitação de Pessoal, Código FC05, em seus afastamentos e impedimentos legais ou regulamentares.

SÉRGIO VARGAS

23ª REGIÃO

ATOS DE 28 DE MARÇO DE 2006

A JUÍZA-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO, no uso de suas atribuições contidas no art. 27, § 1º, alínea "d", do Regimento Interno, resolve:

Nº 51 - Retificar parcialmente o ATO TRT/DGCA/GP - 213/2005, publicado no D.O.U. em 24.11.2005, para constar a seguinte redação:

Nomear os candidatos abaixo relacionados para exercerem os cargos efetivos de Técnico Judiciário, Nível Intermediário, Área Administrativa, Classe A, Padrão 1, do Quadro de Pessoal Permanente deste Tribunal:

ANDRÉ MALHEIROS RIBEIRO - em vaga criada pela Lei n. 10.770/2003.

MARCELLA MENDES PEREIRA CARDOSO - em vaga criada pela Lei 8.432/1992, em decorrência do Ato TRT/DG/GP 059/2005, que declarou vago, por motivo de posse em outro cargo público inacumulável, o cargo ocupado pelo servidor José Nunes da Silva.
CARLOS ANTÔNIO DE FARIAS - em vaga criada pela Lei 8.430/1992, em decorrência do Ato TRT/DGCA/GP 142/2005, que declarou vago, por motivo de posse em outro cargo público inacumulável, o cargo ocupado pelo servidor José Roberto Magalhães de Campos.

A JUÍZA-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO, no uso de suas atribuições contidas no art. 27, § 1º, alínea "d", do Regimento Interno, considerando o contido no Processo TRT n. 003373/2005, bem como a homologação do resultado final do Concurso Público destinado ao provimento de cargos do quadro permanente de pessoal da Justiça do Trabalho da 23ª Região, publicado no D.O.U. em 19 de janeiro de 2005, e considerando o disposto nos arts. 9º, I e 10 da Lei n. 8.112/90, resolve:

Nº 52 - Nomear o candidato ADRIANO ROBERTO GROSSI SPON-TON para exercer o cargo efetivo de Analista Judiciário, Área Judiciária, Classe A, Padrão 1, do Quadro de Pessoal Permanente deste Tribunal, criado pela Lei nº 10.770/2003, em decorrência do Ato TRT/DGCA/GP - 045/2006, publicado no D.O.U. em 07/03/2006, que tornou sem efeito, por decurso do prazo legal para posse, a nomeação de Thais do Rego Monteiro.

A JUÍZA-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO, no uso de suas atribuições contidas no art. 27, § 1º, alínea "d", do Regimento Interno, considerando o contido no Processo TRT n. 003373/2005, bem como a homologação do resultado final do Concurso Público destinado ao provimento de cargos do quadro permanente de pessoal da Justiça do Trabalho da 23ª Região, publicado no D.O.U. em 19 de janeiro de 2005, e considerando o disposto nos arts. 9º, I e 10 da Lei n. 8.112/90, resolve:

Nº 53 - Nomear a candidata PATRÍCIA VASCONCELOS AMARAL para exercer o cargo efetivo de Analista Judiciário, Área Judiciária, Classe A, Padrão 1, do Quadro de Pessoal Permanente deste Tribunal, criado pela Lei nº 8.430/1992, em decorrência do Ato TRT/DGCA/GP - 165/2005, publicado no D.O.U. em 17/10/2005, que concedeu aposentadoria voluntária proporcional à servidora Lupercina Rocha Conte.

MARIA BERENICE CARVALHO CASTRO SOUZA

Editais e Avisos

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

AVISO Nº 4, DE 4 DE ABRIL DE 2006

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Resolução n.º 052, de 13 de agosto de 2004, alterada pela Resolução n.º 67, de 17 de outubro de 2005, do Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, faz saber aos Promotores de Justiça da carreira do MPDFT, que estão vagas, para fins de provimento pelo critério de remoção por antiguidade, nos termos do art. 212 e seguintes da Lei Complementar n.º 75, de 20 de maio de 1993, as Promotorias de Justiça abaixo relacionadas:

	CIRCUNSCRIÇÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA
1	Distrito Federal	4ª PJ DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL
2	Ceilândia	2ª PJ CRIMINAL
3	Ceilândia	6ª PJ CRIMINAL
4	Taguatinga	6ª PJ CRIMINAL
5	Sobradinho	1ª PJ ESPECIAL CRIMINAL

Havendo mais de um candidato à remoção, ao fim do primeiro prazo previsto no "caput" do art. 212, da Lei Complementar n.º 75, de 20 de maio de 1993, será removido o de maior antiguidade; após o decurso deste prazo, prevalecerá a ordem cronológica de entrega dos pedidos.

O prazo de quinze (15) dias de que trata o art. 212, da Lei Complementar n.º 75, de 20 de maio de 1993, contar-se-á a partir do primeiro dia útil subsequente ao da publicação deste aviso.

Os requerimentos deverão ser instruídos com certidão de regularidade de serviços a ser fornecida pela Corregedoria-Geral, sob pena de indeferimento.

ROGERIO SCHIETTI

IMPrensa Nacional

http://www.in.gov.br